por todos presentes. O Senhor Presidente, comovido, agradeceu as palavras do Conselheiro Afonso Arinos de Mello Franco e a presença dos Senhores Conselheiros declarando encerrada a Reunião, da qual, para constar, eu Vilma de Araujo Carangeira, Secretária "ad-hoc", lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. - Vilma de Araujo Carangeira, Secretária "ad hoc". [illegible]

Alfredo Gabão
[illegible]
Gerardo Brito Raposo da Câmara
Edson Motta
Afonso Arinos de Mello Franco
Gilberto Freire
[illegible]
[illegible]
Lourenço Luiz Lacombe
Americo Jacobina Lacombe
[illegible]

Ata da Octogésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

As quinze horas e vinte minutos do dia dezenove de junho de mil novecentos e setenta e nove, na sala de reuniões do Gabinete do Senhor Ministro da Educação e Cultura, localizada no segundo andar do Palácio da Cultura, nesta Cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sob a Presidência do Professor Aloísio Sergio de Magalhães, presentes os Conselheiros Edson Motta, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial, Gerardo Brito Raposo da Câmara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Luiz Emygdio de Mello Filho, Dire-

tor do Museu Nacional, Afonso Arinos de Mello Franco, Gilberto Freyre, Alfredo Galvão, Paulo Ferreira Santos, Lygia Madeira Penna de Oliveira Lima, Max Justo Guedes, e ausentes os Conselheiros Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Ruy Barbosa, Fernando Nery Guimarães e Vicente Salles, por motivos justificados. Como convidados do Senhor Presidente compareceram, também, o Dr. Marcos Tavares d'Amaral, Diretor da Secretaria de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura e o Arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, Diretor da Divisão de Conservação e Restauração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Havendo "quorum", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, ficando dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior. Antes de dar início à Ordem do Dia, o Senhor Presidente, dirigindo-se aos Senhores Conselheiros, ressaltou a conveniência de iniciar a Reunião com uma explanação sobre os novos rumos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na primeira Reunião do Conselho Consultivo sob sua presidência. Assim, através de um retrospecto conciso, o Senhor Presidente mostrou não desconhecer a responsabilidade que lhe fora conferida pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Professor Edmundo Portella, para dirigir e revitalizar tão notável instituição, como é o caso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tarefa de real complexidade. Exaltou, nominalmente, os Diretores que o antecederam; ressaltou o valor do acervo do Arquivo e da Biblioteca do Órgão e o conforto, por ele encontrado, nos textos de Afonso Arinos. Continuando, o Senhor Presidente mostrou a dificuldade em lidar com uma tarefa que se desmembra, simultaneamente, em três planos: o passado, o dia-a-dia e o projetivo. Não sendo possível separá-los, afirmou o Senhor Presidente, esse tempo é um tempo só. Quanto ao pensamento original do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nada há a inovar ou inventar: tudo se encontra refletido no poder dos textos e reflexões de Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade.

A expressão concreta dos bens culturais brasileiros são de pequena dimensão. Seu conceito, não claramente explicitado, encontrou na inteligência de Rodrigo Mello Franco de Andrade a ênfase no domínio da pedra e cal e na luta pela conscientização das elites culturais brasileiras. Outro problema inicial do Órgão, relacionado à restauração e conservação dos bens tombados, ficou solucionado com a formação e especialização de pessoal capacitado. Com o apoio do Ministério do Planejamento, por razões de ordem social, em 1973, foi criado o Programa das Cidades Históricas, como primeira tentativa experimental de descentralização da Instituição. Mas, que já vinha carecendo de uma renovação e, assim, através de um novo impulso, fundesse o Órgão evoluir com coerência. Prosseguindo, abordou o Senhor Presidente o problema financeiro, considerando-o secundário, a exemplo do que ocorreu em Ouro Preto, onde os recursos, surgiram face a premente necessidade de solução para os problemas surgidos. Tomou a palavra o Conselheiro Gilberto Ferrez, discordando. Considerou a parte financeira fundamental, não só para a conservação e restauração dos bens, como para uma remuneração digna aos técnicos e especializados. O Senhor Presidente esclareceu que o recurso financeiro é fundamental mas que a solução não é pedir nem ficar esperando grandes recursos e sim dimensionar os problemas e ir em busca dos recursos. Citando Mário Pedrosa, afirmou que não adianta atacar o problema por etapas e sim em vários seguimentos. A Lei é abrangente e podem ser abertos novos filões de ataque, revitalizando a instituição. O Conselheiro Edson Motta, pedindo a palavra, ressaltou que já existe a conscientização do povo pela preservação do seu patrimônio, conseguida durante esses quarenta anos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, exemplificando com os casos de Congonhas e Catas Altas. O Conselheiro Max Justo Guedes é de opinião que o povo só mostra tal conscientização em se tratando de monumento religioso e não com sua própria arquitetura, apontando São João del Rei como uma prova disso, em virtude da desfiguração que ela está sofrendo. Retomando

a palavra, o Senhor Presidente abordou os temas debatidos numa reunião com o Banco Nacional de Habitação - BNH sobre dotações destinadas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando a abertura de créditos especiais para o financiamento da restauração do acervo cultural. O Conselheiro Afonso Arinos de Melo Franco, tomando a palavra, analisou a legislação, esclarecendo que essa desfiguração, que vem ocorrendo em algumas cidades, se deve ao fato do Tombamento não ser em conjunto, impedindo, assim, a preservação da paisagem. Retomando a palavra, o Senhor Presidente deu conhecimento aos Senhores Conselheiros da possibilidade de solicitar, ao Governo, uma mudança profunda da estrutura administrativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, no bojo dessa transformação, encontrar um caminho para a solução do problema da homologação, retornando assim, a autonomia para esse Conselho. Ainda nas Comunicações, o Senhor Presidente participou aos Membros do Conselho a homologação pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, da extensão do Tombamento da Cidade de Olinda, em Pernambuco. Passando à Ordem do Dia, foram analisados os seguintes assuntos: Processo nº 156-T-, Casa da Moeda, na Praça da República nº 173, Rio de Janeiro - RJ, desmembramento de área. - Relator: Conselheiro Gilberto Ferrez. Apreciado o pedido de desmembramento de área, o Conselheiro-Relator observou que, nesses casos, geralmente são construídos prédios de elevado gabarito prejudicando a visão do monumento tombado. Sugeriu, também, que se tomassem providências no sentido de constar nos processos a delimitação da extensão da área do bem tombado, impedindo, assim, a desfiguração do imóvel. Discutido o assunto, o Conselheiro-Relator solicitou aos Senhores Conselheiros que seu parecer fosse apreciado na próxima Reunião do Conselho Consultivo. Processo nº 925-T-75-Praça Coronel Pedro Osório nºs 2, 6 e 8, em Pelotas - RS - Impugnação do Tombamento - Relator: Gilberto Ferrez. Resolução: Acompanhando o voto do Relator, manteve o Conselho a decisão de Tomba-

mento já discutida em Reuniões anteriores. Nos Assuntos Gerais, foi dada a palavra ao Conselheiro Lourenço Luiz Lacombe que pediu esclarecimentos sobre o Processo nº 967-T-77-Solar da Família Franklin Sampaio, na Praça Rui Barbosa nº 55 (inclusive a Coleção Histórica e Artística arrolada pela Comissão nomeada em 1943, pelo então Presidente da República) Petrópolis - RJ Segundo seu parecer, pedia o tombamento de todas as peças arroladas pela referida Comissão e de outras encontradas no Solar. Foram lidos os Pareceres de D. Lygia Martins Costa, Diretora da Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Conselheiro-Relator. Tomando a palavra, o Conselheiro Afonso Arinos de Mello Franco propôs que o referido Processo retornasse ao Relator para ser mais explícito no seu Parecer, incluindo todo o acervo existente, para efeito de tombamento. Pedido de autorização - de Heraldia Caymmi Viannna, Museóloga responsável pela Casa de Benjamin Constant, para levar em seu estágio, no Laboratório de Restauração e Conservação de Tecidos em Reggisberg - Berna, Suíça, peças do vestuário da Coleção de Benjamin Constant que exigem tratamento específico de restauração. Respaldado no Parecer de D. Lygia Martins Costa, decidiu o Conselho, à unanimidade, conceder a autorização solicitada. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Conselheiros e declarou encerrada a Reunião, da qual para constar, eu Vilma da Rocha Barangeira, Secretária "ad-hoc", lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor presidente e demais membros do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ata da Octogésima Sétima Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Às quinze horas e trinta minutos do dia cinco de setembro de mil novecentos e setenta e nove, no Gabinete do Senhor Diretor-Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, localizado no oitavo andar do Palácio da Cultura, nesta Cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sob a presidência do Professor Aloísio Sergio de Magalhães, presentes os Conselheiros Edson Motta, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Gerardo Brito Raposo da Câmara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Luiz Emygdio de Mello Filho, Diretor do Museu Nacional, Affonso Arinos de Mello Franco, Alfredo Galvão, Paulo Ferreira Santos, Pyrro Lídio Corrêa de Oliveira Lyra, Max Justo Guedes, Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação "Casa de Rui Barbosa", Pedro Calmon e ausentes os Conselheiros Gilberto Ferez, Lourenço Luiz Lacombe e Fernando Bueno Guimarães, por motivos justificados. Havendo "quorum", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão Extraordinária, convocada em virtude da urgência da autorização pelos membros do Conselho, em concessão saída do país ao quadro "Homme d'une complexion malsaine écoutant le bruit de la mer (Les Deux Balcons") de Salvador Dali, pertencente ao acervo do Museu da Chácara do Céu, da Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O quadro em questão foi solicitado para a Retrospectiva do pintor, a se realizar em Paris, no Centro Georges Pompidou, de 12 de dezembro de 1979 a 15 de abril de 1980. Esclarecendo, ainda, o Senhor Presidente que todas